

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Assistente Técnico Administrativo

- Língua Portuguesa
- Matemática e Raciocínio Lógico
- Gestão de pessoas e do atendimento ao Público
- Ética do Servidor na Administração Pública
- Administração Pública Brasileira
- Regime Jurídico dos Agentes Públicos
- Conhecimentos de Informática (On-line)



**Conteúdo de acordo
com o último Edital
Questões gabaritadas**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Assistente Técnico Administrativo

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada nesse percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados, em um sumário que foi pensado para apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de *Assistente Técnico Administrativo*, de acordo com os itens mais relevantes e principais atualizações, com base no último edital do *Ministério da Fazenda*.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao longo da teoria você encontrará recursos como boxes de “*Importante!*” e “*Dica*”, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo. Para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas, apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas de *bancas variadas*, para que você pratique a teoria e já conheça os perfis das bancas.

Para sua preparação, acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: *Conteúdo de Conhecimentos de Informática disponível em PDF para download*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que te guiará até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

**POR QUE
ADQUIRIR
A VERSÃO
COMPLETA?**

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	9
■ ORTOGRAFIA OFICIAL E ACENTUAÇÃO GRÁFICA	12
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	14
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE	30
■ SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO	33
REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL.....	43
CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL.....	45
■ PONTUAÇÃO	52
■ SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS	55
■ REDAÇÃO OFICIAL: MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	57
REDAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIAS OFICIAIS: DOCUMENTOS OFICIAIS UTILIZADOS PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS	57
MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO.....	99
■ MATEMÁTICA	99
NUMERAÇÃO: NÚMEROS NATURAIS	99
Números Decimais e Dízimas Periódicas	101
Números Fracionários e Operações com Frações	102
■ MÚLTIPLOS, DIVISORES, DIVISIBILIDADE E RESTOS	105
MMC	106
MDC	107
■ SISTEMAS DE UNIDADE, NOTAÇÃO CIENTÍFICA E BASES NÃO DECIMAIS	108
■ RAZÕES E PROPORÇÕES	111
DIVISÃO PROPORCIONAL.....	112
REGRA DE TRÊS SIMPLES	114
REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	116
PORCENTAGEM	118

■ ESCALAS.....	120
■ TEORIA DOS CONJUNTOS: CONJUNTOS NUMÉRICOS E OPERAÇÕES COM CONJUNTOS....	122
■ RELAÇÕES, FUNÇÕES DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAU.....	130
Aplicações e Operações com Inequações.....	133
■ NOÇÕES DE PROBABILIDADE.....	137
PRINCÍPIOS DE CONTAGEM.....	137
PROBABILIDADE.....	141
■ ESTATÍSTICA DESCRITIVA	147
■ MATEMÁTICA FINANCEIRA.....	150
■ SEQUÊNCIAS E PROGRESSÕES ARITMÉTICAS E GEOMÉTRICAS.....	153
■ OPERAÇÕES COM MATRIZES	158
■ LOGARITMOS	163
■ RAÍZES E RADICAIS	167
■ FATORAÇÃO ALGÉBRICA	172
■ LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO: ANALOGIAS, INFERÊNCIAS, DEDUÇÕES E CONCLUSÕES.....	172
■ NOÇÕES DE LÓGICA: RACIOCÍNIO LÓGICO E LÓGICA SENTENCIAL (OU PROPOSICIONAL)..	173
ESTRUTURAS LÓGICAS	173
PROPOSIÇÕES SIMPLES	174
PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	177
TABELAS-VERDADE	179
■ EQUIVALÊNCIAS	182
■ DIAGRAMAS LÓGICOS E LÓGICA DE PRIMEIRA ORDEM.....	192
■ RACIOCÍNIO LÓGICO ENVOLVENDO PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS.....	196
GESTÃO DE PESSOAS E DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO.....	221
■ DESAFIOS DA OUVIDORIA PÚBLICA NO BRASIL.....	221
■ CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO: DECRETO Nº 6.932/2009	221
■ LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO - LEI 12.527/2011	226
■ APRENDIZAGEM E COMPORTAMENTOS ORGANIZACIONAIS.....	247

■ COMUNICAÇÃO EFICAZ.....	250
■ MOTIVAÇÃO	253
■ FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES.....	257
■ ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS.....	264
■ GESTÃO DA MUDANÇA	266
■ CLIMA E CULTURA ORGANIZACIONAIS.....	267
ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	275
■ ÉTICA E MORAL.....	275
■ ÉTICA, PRINCÍPIOS E VALORES	276
■ ÉTICA E DEMOCRACIA: EXERCÍCIO DA CIDADANIA	279
■ ÉTICA E FUNÇÃO PÚBLICA	281
■ ÉTICA NO SETOR PÚBLICO.....	282
■ DECRETO Nº 1.171/1994 (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL)	284
■ RESOLUÇÕES 1 A 10 DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....	296
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA.....	309
■ CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	309
■ PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	317
■ HIERARQUIA	321
■ PODER HIERÁRQUICO E SUAS MANIFESTAÇÕES.....	322
■ PODERES DO ESTADO	323
■ FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA.....	374
CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO	374
DESCENTRALIZAÇÃO	377
■ DECRETO-LEI Nº 200/1967	381
■ O BRASIL E SUA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	390
ASPECTOS FUNDAMENTAIS NA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO.....	390

NASCIMENTO E AFIRMAÇÃO DA REPÚBLICA BRASILEIRA: DA REPÚBLICA VELHA AOS DIAS ATUAIS	391
TEORIAS DAS FORMAS E DOS SISTEMAS DE GOVERNO	407
■ ANÁLISE CRÍTICA AOS MODELOS DE GESTÃO PÚBLICA	408
PATRIMONIALISTA.....	408
BUROCRÁTICO	409
GERENCIAL	410
■ CONTROLE INTERNO E EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	411
■ LEI Nº 8.443/92	412
■ MEDIDAS ORGANIZACIONAIS PARA O APRIMORAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....	416
■ MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA ARRANJO INSTITUCIONAL DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....	417
■ MANUAL TÉCNICO DE ORÇAMENTO- MTO-2014	417
■ PROCESSO ADMINISTRATIVO EM ÂMBITO FEDERAL	417
REGIME JURÍDICO DOS AGENTES PÚBLICOS.....	433
■ NORMAS CONSTITUCIONAIS PERTINENTES AOS SERVIDORES PÚBLICOS	433
■ FORMAS DE PROVIMENTO E VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO.....	436
■ DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DO SERVIDOR PÚBLICO E SEU REGIME DISCIPLINAR...	440
■ SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR.....	450
■ LEI Nº 8.429/1992	459
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	459
ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	462
■ DECRETO Nº 7.203/2010.....	475
■ DECRETO-LEI Nº 2.848/1940.....	478
ARTIGO 153.....	478
ARTIGO 296.....	479
ARTIGO 311-A/337-A	480
ARTIGO 359-A/359-H.....	494

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

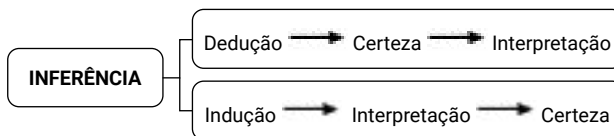
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

MATEMÁTICA

NUMERAÇÃO: NÚMEROS NATURAIS

Os números construídos com os algarismos de 0 a 9 são chamados de naturais. O símbolo desse conjunto é a letra N , e podemos escrever os seus elementos entre chaves:

$$N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, \dots\}$$

As reticências indicam que esse conjunto tem infinitos números naturais.

O zero não é um número natural propriamente dito, pois não é um número de “contagem natural”. Por isso, utiliza-se o símbolo N^* para designar os números naturais positivos, isto é, excluindo o zero. Veja: $N^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$.

Dica

O símbolo do conjunto dos **números naturais** é a **letra N**. Além disso, podemos encontrar o **símbolo N^*** , que representa os números **naturais positivos**, isto é, **excluindo o zero**.

Conceitos básicos relacionados aos números naturais:

- **Sucessor:** é o próximo número natural. Ou seja, o sucessor do número “ n ” é o número “ $n+1$ ”.
 - **Exemplo:** o sucessor de 4 é 5, e o sucessor de 51 é 52.
- **Antecessor:** é o número natural anterior. Ou seja, o antecessor do número “ n ” é o número “ $n-1$ ”.
 - **Exemplo:** o antecessor de 8 é 7, e o antecessor de 77 é 76.
- **Números consecutivos:** são números em sequência. Assim, $(n-1, n \text{ e } n+1)$ são números consecutivos.
 - **Exemplo:** 5, 6, 7 são números consecutivos, enquanto 10, 9, 11 não são.
- **Números naturais pares:** são aqueles que, quando divididos por 2, não deixam resto. Por isso, o zero também é considerado par. Assim, todos os números que terminam em 0, 2, 4, 6 ou 8 são pares;
- **Números naturais ímpares:** quando divididos por 2, deixam resto 1. Todos os números que terminam em 1, 3, 5, 7 ou 9 são ímpares.

Atenção! A soma ou subtração de dois números pares tem resultado par.

- Ex.: $12 + 8 = 20$; $12 - 8 = 4$.

A soma ou subtração de dois números ímpares tem resultado par.

- Ex.: $13 + 7 = 20$; $13 - 7 = 6$.

A soma ou subtração de um número par com outro ímpar tem resultado ímpar.

- Ex.: $14 + 5 = 19$; $14 - 5 = 9$.

A multiplicação de números pares tem resultado par.

- Ex.: $8 \cdot 6 = 48$.

A multiplicação de números ímpares tem resultado ímpar.

- Ex.: $3 \cdot 7 = 21$.

A multiplicação de um número par por um número ímpar tem resultado par.

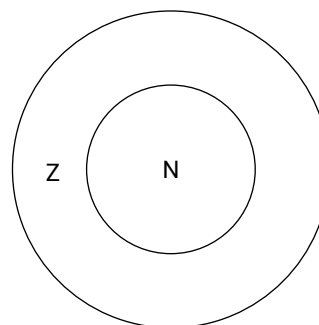
- Ex.: $4 \cdot 5 = 20$.

INTEIROS

Os números inteiros são os números naturais — incluindo o zero — e seus respectivos opostos (negativos). Veja:

$$Z = \{\dots -7, -6, -5, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$$

O símbolo desse conjunto é a letra Z . Uma coisa importante é saber que todos os números naturais são inteiros, mas nem todos os números inteiros são naturais. Podemos representar os números inteiros por meio de diagramas e afirmar que o conjunto de números naturais está contido no conjunto de números inteiros, ou que N é um subconjunto de Z . Observe:



Podemos destacar alguns subconjuntos de números. Veja:

- **Números inteiros não negativos (Z^+)** = $\{0, 1, 2, 3, \dots\}$. Veja que estes são os números naturais;
- **Números inteiros não positivos (Z^-)** = $\{\dots -3, -2, -1, 0\}$. Veja que o zero também faz parte deste conjunto, pois ele não é positivo nem negativo;

GESTÃO DE PESSOAS E DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO

DESAFIOS DA OUVIDORIA PÚBLICA NO BRASIL

A ouvidoria pública passou a ter contornos mais definidos com a Lei nº 13.460, de 2017, que trata da participação, da proteção e da defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos.

Um dos maiores desafios está na capacidade real de resposta. A Lei nº 13.460 prevê a apresentação de manifestações sem exigências que inviabilizem o acesso do cidadão, e também disciplina o fluxo de solicitação de informações internas pela ouvidoria, com prazo de vinte dias, prorrogável uma vez por igual período, quando houver justificativa. Na prática, isso exige equipe preparada, integração com os setores do órgão e organização administrativa para que a resposta não seja apenas formal.

Outro ponto sensível é a autonomia da ouvidoria dentro da própria estrutura estatal. Muitas unidades ainda enfrentam limitações de pessoal, de tecnologia e de reconhecimento interno, embora existam instrumentos voltados ao aperfeiçoamento contínuo, como o Modelo de Maturidade em Ouvidoria Pública. Quando a ouvidoria é vista só como setor de encaminhamento, perde força para identificar falhas repetidas e provocar mudanças no serviço oferecido ao cidadão.

PARTICIPAÇÃO E CONFIANÇA DO CIDADÃO

Também há o desafio de ampliar o acesso sem transformar a digitalização em barreira. No âmbito federal, as manifestações são apresentadas preferencialmente em meio eletrônico, por meio do Fala.BR, o que amplia a padronização e o acompanhamento, mas exige linguagem clara, acessibilidade e atenção ao público com baixa familiaridade digital.

A confiança do cidadão depende ainda da proteção dada a quem denuncia irregularidades. As normas federais determinam o sigilo das informações que possam identificar o denunciante, e a própria rede de ouvidorias mantém ações e materiais específicos sobre proteção e prevenção a retaliações. O desafio, nesse ponto, é fazer com que a garantia normativa apareça de forma segura em todo o percurso da manifestação, do recebimento ao tratamento interno.

Por fim, a ouvidoria enfrenta a tarefa de transformar manifestações individuais em melhoria concreta dos serviços públicos. A legislação e os decretos mais recentes caminham nessa direção ao relacionar ouvidoria, avaliação de serviços, Carta de Serviços ao Usuário e conselhos de usuários. Quando esses dados não são lidos de forma estratégica, a administração até responde ao cidadão, mas aprende pouco com o que foi ouvido.

CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO: DECRETO Nº 6.932/2009

Caro(a) estudante,

Acerca dos dispositivos do Decreto nº 6.932, de 2009, solicitados pelo edital em questão, cabe ressaltar sua revogação, uma vez que a lei por completo deixou de ser vigente em 17 de julho de 2017.

Posto isto, a atual legislação, que dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma em documentos produzidos no Brasil, institui a “Carta de Serviços ao Cidadão” e dá outras providências, é o Decreto nº 9.094, promulgada em 2017. No material a seguir, haverá o tratamento dos artigos mais relevantes para sua preparação. Diante disso, sabendo de dada circunstância é que oferecemos o conteúdo vigente para a melhoria dos seus estudos, aumentando as suas chances de pontuar acerca da temática.

Bons estudos!

DECRETO Nº 9.094, DE 2017

O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, foi responsável por revogar o Decreto nº 5.378, de 2005, o qual instituía o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização. O novo decreto, para tanto, regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispondo sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, instituindo o CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos, bem como na obtenção de benefícios, ratificando a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no país. Também institui a Carta de Serviços ao Usuário.

Sendo assim, a determinação legislativa abrange instituições e organismos do Poder Executivo federal, estipulando orientações na integração com os beneficiários dos serviços governamentais, que podem ser indivíduos ou empresas, com personalidade jurídica ou privada, que são diretamente assistidos pelos serviços públicos. Ademais, deverá o citado Poder observar as diretrizes que estão expostas no art. 1º, do referido decreto. Vejamos:

Art. 1º *Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observarão as seguintes diretrizes nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos:*

I - presunção de boa-fé;

II - compartilhamento de informações, nos termos da lei;

III - atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade;

IV - racionalização de métodos e procedimentos de controle;

V - eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido;

VI - aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ÉTICA E MORAL

O ponto inicial desta matéria precisa de uma distinção que comumente passa despercebida: a diferença entre **ética e moral**. Você precisa de certezas firmes e objetivas para realizar a sua prova.

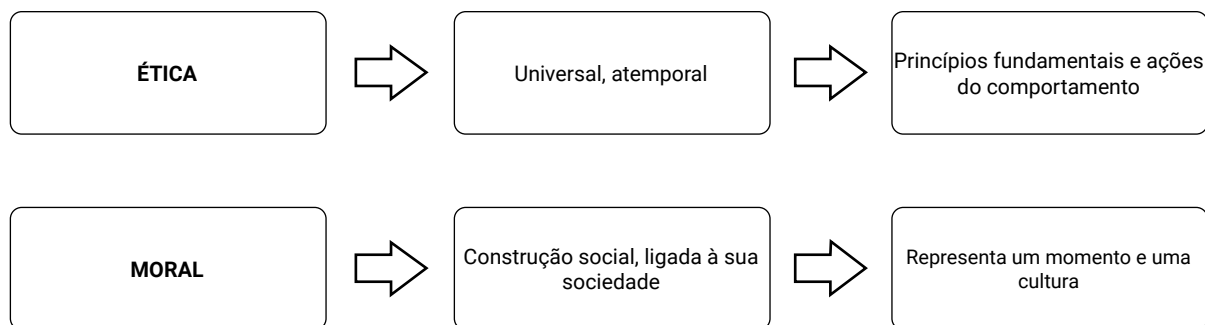
Ética é uma área da filosofia. É um estudo amplo, universal e atemporal. Seu objeto de estudo são princípios fundamentais das ações e do comportamento humano, englobando um conjunto de teorias e conceitos que visam definir as condições ideais para as ações humanas e as escolhas que devem ser feitas para alcançar referidas condições. A **moral**, por sua vez, é uma construção social. Sendo assim, está condicionada à sociedade que a cerca, que a contém. A moral, que pode ser transmitida por meio de religião, família e outras instituições sociais, tem um aspecto muito mais objetivo e é baseada em valores, crenças e costumes, que são compartilhados por um grupo de pessoas.

A ética, como parte da filosofia, alcança locais mais distantes e discute temas mais relevantes. Além disso, a ética é uma matéria de uma ciência por excelência. A dialética da filosofia busca a verdade final das coisas. A discussão e a oposição de ideias estabilizam os conceitos para que não mudem mais. A ética é estável, pois alcançou verdades que superam o tempo. **A ética é estável, ou seja, é atemporal.**

Já a moral possui grande valor social e é uma ferramenta importante, todavia tem uma aplicação temporal e muda no desenrolar dos eventos históricos. Portanto, ela é mutável, restrita a determinadas localizações geográficas e sociais. Ou seja, diferentes contextos históricos, sociais, culturais e econômicos podem variar o entendimento moral de um determinado grupo. Por exemplo, para praticantes de religiões como judaísmo e islamismo é imoral comer carne de porco, contudo, para grande parte da população é algo totalmente comum e aceitável. A moral respeita a continência, ou seja, está contida pela sociedade que a cerca.

Atenção! Alguns autores frequentemente trazem ética e moral como sinônimos, mas **cuidado**, as bancas dos concursos frequentemente estabelecem distinções entre esses termos.

Veja uma distinção um pouco mais clara:



A ética tem um caráter científico, por isto suas mudanças e aplicações ocorrem de outra forma. Sua estabilidade é muito maior e suas aplicações alcançam uma universalidade. Em algum momento, espera-se que mudanças em conceitos éticos ocorram, mas, para execução de provas de concurso, o conceito de universalidade e estabilidade é adequado.

Agora que já conseguimos separar algumas características de moral e ética, vamos aprofundar um pouco nos seus conceitos. Para fazer isso, vamos usar a **etimologia**.

É conveniente analisar no estudo da ética a sua etimologia. Assim, ética é uma palavra que vem do termo grego “*ethos*”, que quer dizer “modo de ser”, “costume” ou “hábito”. O termo “*ethos*” era usado pelos antigos gregos para descrever as características distintivas de um grupo ou comunidade, incluindo seus costumes, tradições e valores. A origem da palavra nos remete instantaneamente para o cerne de seu conceito que, apesar da dificuldade de estabelecer um significado único, nos envia a um conjunto de princípios morais ou valores que dão condição à convivência humana em sociedade.

Em seguida, temos a origem do termo “moral”, que advém do latim, da palavra “*moralis*”. Os antigos romanos utilizavam esse termo para descrever os costumes e comportamentos que eram considerados aceitáveis ou corretos na sociedade.

Nota-se que, apesar de etimologicamente as palavras terem significados parecidos, o termo “*moralis*” desde sua origem se restringe ao que é aceitável ou correto **em uma determinada sociedade**, já incorporando essa restrição a um espaço seja geográfico, social ou temporal.

É importante ressaltar que a moral varia no tempo, a depender da conjuntura social. Até o século XIX, por exemplo, considerava-se normal que crianças trabalhassem em fábricas. Hoje, além de termos uma legislação especial (Estatuto da Criança e do Adolescente) que protege essas crianças, a sociedade entendeu a necessidade de tratamento diferenciado a esse grupo vulnerável.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Neste material, iniciaremos o estudo da disciplina Administração Pública. Este assunto, tão importante para a sua aprovação, será muito útil no seu dia a dia como servidor público.

A disciplina de Administração Pública representa a integração das principais teorias da ciência da administração (geral) com as exigências (particularidades) do poder público, especialmente o direito administrativo, permitindo, assim, uma visão macro da organização administrativa brasileira.

Durante este material, conheceremos todas as formas pelas quais é possível organizar a administração do Estado para alcançar seu objetivo principal, ou seja, a prestação de um serviço público de qualidade.

Inicialmente, trataremos do estudo da estrutura organizacional, enfatizando as características das organizações modernas: tipos de estruturas, natureza, finalidade e critérios de organização.

Em seguida, abordaremos:

- a organização administrativa do Estado brasileiro e suas formas de centralização, descentralização, concentração e desconcentração;
- a gestão de processos;
- a gestão de contratos; e
- o processo licitatório.

Por fim, unindo todos os conhecimentos estudados, veremos como se deu a evolução da Administração Pública por meio das diversas reformas administrativas e da convergência com as boas práticas da administração privada.

CONCEITOS INICIAIS

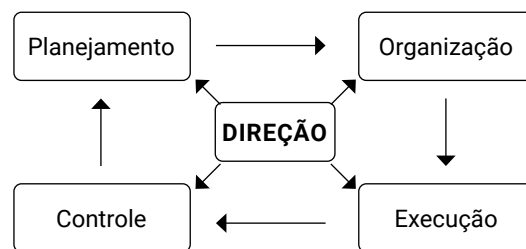
Primeiro, vamos conhecer alguns conceitos básicos da ciência da administração, os quais serão muito úteis no entendimento de toda a matéria.

Ouvimos a palavra “administração” com frequência em nosso cotidiano e, muitas vezes, realizamos ações pertencentes à administração sem nos atentarmos muito, tais como: planejar, organizar, liderar, executar e controlar.

Mas, afinal, qual é o conceito de administração que se deve levar para a prova?

Segundo Maximiano, administração consiste em um processo contínuo de tomada de decisões voltadas à melhor utilização dos recursos disponíveis, com o intuito de atingir determinados objetivos.

Nesse sentido, o processo dinâmico diz respeito às famosas **funções administrativas**; assim, podemos sintetizar a definição: administração é o processo de planejar, organizar, dirigir, executar e controlar o uso dos recursos e as competências, a fim de alcançar os objetivos organizacionais.



Planejamento

O processo de planejamento é o ponto inicial das funções administrativas e tem como objetivo administrar as relações atuais com o futuro.

As decisões de planejamento procuram, de alguma forma, influenciar o futuro ou ser colocadas em prática no futuro.

Podemos, assim, entender que o planejamento estabelece os objetivos, define as metas e decide os métodos de trabalho adequados para o alcance dos objetivos.

Exemplificando: é quando se toma a decisão de construir uma casa e, desse modo, elabora-se o planejamento financeiro, decide-se quando começar e qual a previsão de término, define-se a planta dos cômodos, pesquisam-se os materiais a serem utilizados etc.

Organização

A organização é o processo de dispor os recursos em uma estrutura que facilite a realização dos objetivos. É responsável, então, por distribuir os recursos e as tarefas, resultando, assim, na estrutura organizacional.

Exemplificando: definidos os parâmetros gerais no planejamento, chega o momento de alocar os custos por meio do orçamento e distribuir as tarefas entre os contratados (eletricista, encanador, mestre de obras, pedreiros).

Direção (Liderança)

A direção é o processo de liderar as pessoas, por meio da comunicação e da motivação, para possibilitar a realização das tarefas planejadas.

É considerada a função mais complexa entre as administrativas, pois compreende diversas atividades da gestão de pessoas, tais como coordenação, motivação, comunicação e orientação.

Exemplificando: a direção é o dia a dia da obra, liderando as equipes contratadas, comunicando as necessidades e motivando a execução.

Execução

O processo de execução consiste em realizar as atividades planejadas por meio da aplicação da mão de obra. Executar uma tarefa é o dispêndio da energia física e intelectual dos colaboradores em prol dos objetivos estabelecidos.

Exemplificando: a execução é a própria construção da casa, erguendo os muros, conectando os canos, passando a fiação elétrica etc.

REGIME JURÍDICO DOS AGENTES PÚBLICOS

NORMAS CONSTITUCIONAIS PERTINENTES AOS SERVIDORES PÚBLICOS

No que tange ao art. 39, a primeira observação a ser feita é que o *caput* foi alterado pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998. No entanto, como sua eficácia se encontra suspensa devido à decisão do STF na ADI nº 2.135-4, é a redação original que se encontra em vigor. Vejamos:

Art. 39 *A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.*

A CF, de 1988, estabelece regras para a **fixação dos padrões de vencimento** e dos demais componentes do sistema remuneratório, que deverá observar: a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos que compõem cada carreira; os requisitos para a investidura nos cargos e as demais peculiaridades dos cargos.

Tais requisitos poderão influenciar na fixação dos vencimentos e dependem de aprovação de lei específica, assim como para o seu aumento, alteração ou criação de nova vantagem pecuniária.

Por lei, também serão estabelecidos os reajustes diferenciados para corrigir equívocos, como no caso de servidores que desempenham atividades semelhantes, mas percebem valores muito diferentes. Salienta-se que a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre civis e militares, será feita.

Com objetivo de garantir o aperfeiçoamento do profissional, o dispositivo estabelece a realização de cursos oficiais como requisito obrigatório para promoção na carreira, sendo facultada, para tanto, a celebração de convênios com os demais entes da federação.

Outra regra de extrema importância é a que **assegura** ao servidor público civil da administração pública direta, autárquica e fundacional os **direitos previstos nos incisos IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, art. 7º, da CF, de 1988**, e aos direitos que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua **condição social e da produtividade e da eficiência no serviço público**, em especial o prêmio por produtividade e o adicional de desempenho.

Fique atento aos limites de remuneração de servidores:

- **Mínimo:** salário mínimo;
- **Máximo:** vide inciso XI, art. 37, da CF (EC nº 41, de 2003).

É importante conhecer o texto da Súmula Vinculante nº 6, do STF:

Súmula Vinculante nº 6 *Não viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.*

Art. 40 *O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.*

§ 1º *O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será **aposentado**:*

*I - por **incapacidade permanente para o trabalho**, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo;*

*II - **compulsoriamente**, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar;*

*III - no âmbito da União, **aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem**, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados **o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.***

O art. 40, da CF, de 1988, regulamenta o **Regime Previdenciário Próprio de Previdência Social (RPPS)**. Em síntese, o sistema previdenciário do servidor público foi alterado com a EC nº 103, de 2019, da seguinte forma:


- Desconstitucionalização das regras de previdência, de modo que vários regramentos sobre aposentadoria e pensão passaram a ser de competência de lei infraconstitucional;
- Nova mudança no cálculo da pensão;
- Maior aproximação do RGPS (Regime Geral de Previdência Social) e RPPS;
- Modificações no abono de permanência;
- Previsão de readaptação antes de aposentadoria por incapacidade permanente;
- Inclusão dos agentes políticos ocupantes de mandato eletivo nas regras do RGPS;
- Exclusão da aposentadoria apenas por tempo de contribuição;
- Regras especiais para carreiras policiais previstas na CF.

Art. 40 [...]

§ 2º *Os **proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor mínimo** a que se refere o § 2º do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16.*


§ 3º *As **regras para cálculo de proventos de aposentadoria** serão disciplinadas em lei do respectivo ente federativo.*

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

[ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO](#)